

A Vez da Reforma Administrativa

O estribilho predileto hoje é a necessidade de se proceder às chamadas "reformas de base". Destas, as mais citadas, as consideradas mais instantes são a "reforma agrária" e a "estabilização do cruzeiro" ou "contenção da inflação". A reforma agrária preveniria crises de abastecimento e introduziria novos elementos de equilíbrio na sociedade brasileira. Se levada a efeito sob medida para o Brasil, teria reflexos na produção de bens e na distribuição dos benefícios econômicos. As desigualdades de renda entre as diferentes camadas sociais e as oscilações de renda das classes menos favorecidas, por exemplo, poderiam ser grandemente mitigadas por meio de uma reforma agrária bem formulada e bem administrada.

The forgotten man, "o homem esquecido" foi o rótulo famoso com que o Presidente FRANKLIN ROOSEVELT batizou certa vez o agricultor. No Brasil, o homem esquecido é também o agricultor, especialmente o trabalhador rural assalariado, que lavra terras alheias.

Segundo o consenso geral, a reforma agrária virá opulentar o magro quinhão do pequeno lavrador, do meeiro, do trabalhador rural ambulante.

A contenção da inflação, por sua vez, refletir-se-ia prontamente na alta do custo-de-vida, anulando o mais ativo fermento de desassossêgo social em atuação no Brasil. Mas, cumpre conter a inflação não apenas para evitar precipitados sociais de consequências imprevisíveis. Cumpre contê-la principalmente para proteger o homem brasileiro, a criança brasileira, a família brasileira contra as injustiças e crueldades decorrentes da alta desabalada do custo-de-vida. No grau a que já chegou no Brasil, a inflação é causa de males coletivos desnecessários e evitáveis, que afetam a grande maioria do povo.

A disciplinação das remessas de lucros auferidos no Brasil por capitais e grupos estrangeiros, a cristalização da política exterior do Brasil, país que começa a emergir, ao lado da Índia, da Austrália e do Canadá, como potência média cada vez mais influente, a fixação definitiva do Governo Federal em Brasília, a regularização do abastecimento de gêneros alimentícios aos grandes centros urbanos, notadamente ao Rio e São Paulo, a confirmação do regime parlamentarista ou a volta ao presidencialismo pela via do plebiscito — todos estes problemas também estão, por assim dizer, na pauta nacional, reclamando solução. Causam vigilias aos líderes políticos e sacodem a opinião pública.

Inquestionavelmente, essa lista compreende alguns dos problemas mais prementes com que o Brasil se vê a braços no momento. Falta, porém, acrescentar um, no qual, aliás, se está voltando a falar nestes últimos tempos, sobretudo a propósito da substituição do primeiro Conselho de Ministros: a reforma administrativa.

E' preciso fazê-la com urgência. E' preciso fazê-la com realismo. E' preciso fazê-la com sabedoria.

A máquina administrativa com que o Governo da União conta para enfrentar as mil e uma responsabilidades que o assoberbam é inadequada, anárquica e obsoleta. Muitas das crises, grandes e pequenas, que ultimamente têm abalado os Podêres Públicos, emanam da incompetência e da ineficiência da administração pública. Sabe-se que é muito difícil julgador a inflação — mas um sistema administrativo bem articulado, sob o comando de homens capazes e esclarecidos, conduziria o cruzeiro para a estabilidade e controlaria a corrida dos preços em menos de doze meses. Outro exemplo: é difícil fazer a reforma agrária. Difícil, porém, porque não se trata apenas de votar uma lei, mas especialmente de implementar, isto é, de executar, de administrar a reforma. E que é o problema do abastecimento, se não um problema de natureza administrativa, e que somente por via administrativa poderá ser resolvido?

O Brasil possui, em abundância, os ingredientes de cultura e civilização com que outros países construíram ou estão construindo a própria grandeza. Senão, vejamos: somos um país continental, o quinto do mundo em área, somos o oitavo em população, temos

um território bem aquinhoado de riquezas naturais, matérias-primas, rios, florestas, terras cultiváveis, vários tipos de clima. Já somos, também, o país mais industrializado da América Latina. Na arquitetura, no urbanismo, na pintura, na música, na literatura, na medicina, na física, nos esportes e em outros campos de atividade, o Brasil está aparecendo como nôvo astro nos horizontes do mundo — o Brasil está adquirindo e afirmando uma personalidade internacional cada vez mais nítida, que os demais países já não podem ignorar. Em suma, a conjuntura brasileira favorece a precipitação daquilo a que a imprensa tem chamado “nossa emancipação econômica” e que simboliza o ideal da atual geração de brasileiros.

Dentre as debilidades, inadequação e arcaísmo, de que o País se deve desvencilhar, para acelerar o ritmo de seu desenvolvimento econômico e social, e resolver bem, um a um, os chamados problemas nacionais, de acôrdo com uma escala de prioridade selecionada realisticamente, destaca-se o atual sistema administrativo. A estrutura, o funcionamento, os métodos de trabalho, a própria ambiência do serviço público brasileiro — em todos os níveis de govêrno — devem ser revistos, atualizados, modernizados, mediante uma reforma corajosa, urgente e profunda.

Tem-se aventado a hipótese de o Congresso Nacional delegar ao Conselho de Ministros a tarefa de proceder à reforma do sistema administrativo federal.

Se o Conselho de Ministros solicitar e obtiver esta delegação, valendo-se pela primeira vez do instituto previsto, no artigo 22 do Ato Adicional, a reforma administrativa por que há tanto tempo o País anseia poderá ser formulada e adotada em quatro semanas. Não haverá qualquer risco para o regime. Ao contrário: suas instituições serão fortalecidas, tornando-se aptas a habilitar o Govêrno a funcionar melhor e mais economicamente. Por outro lado, não se trata de experiência aventureira, inédita, de resultados imprevisíveis — mas de recurso já pôsto em uso em outros países, inclusive nos Estados Unidos da América.

Apesar de o regime de govêrno adotado naquele país ser o protótipo do presidencialismo, e não obstante a inflexibilidade tradicional, quase feroz, com que o Congresso Americano mantém e defende as suas prerrogativas e poderes, por duas vêzes, em

épocas recentes — uma no Govêrno do Presidente HARRY TRUMAN, outra no Govêrno do Presidente DWIGHT EISENHOWER, se procedeu a reforma administrativa de envergadura na engrenagem federal americana, mediante delegação idêntica à que agora poderá ser concedida ao Conselho de Ministros, com base na Emenda Constitucional nº 4, que substituiu no Brasil o regime presidencialista por um regime neoparlamentar sui generis.